

Entre promessas e lembranças: tempos e vozes da militância feminina

DANIELLE TEGA*

Resumo

Apresento neste artigo um estudo de dois livros escritos por militantes brasileiras que participaram da luta à ditadura civil-militar: são os testemunhos de Derlei Catarina De Luca, chamado *No corpo e na alma* e publicado em 2002, e o de Catarina Meloni, intitulado *1968 – o tempo das escolhas* e publicado em 2009. Observo não apenas o conteúdo manifesto desses livros, mas também a forma estética que cada autora escolheu para realizar seu trabalho de memória. Minha suspeita é a de que, embora ambas as obras tratem de questões comuns (como a clandestinidade, a prisão, o exílio), as diferentes opções estéticas adotadas indicam também diferentes atitudes políticas que, lidas em conjunto, fazem um forte diálogo com a realidade social brasileira.

Palavras-chave: memória, ditadura, testemunho, experiência, subjetividade.

Between promises and remembrances: times and voices of women's militancy

Abstract

This article presents a study of two books written by Brazilians activists who militated against the civil-military dictatorship: the first is the testimony of Derlei Catarina De Luca, titled *No corpo e na alma* and published in 2002, and the second is the testimony of Catarina Meloni, titled *1968 – o tempo das escolhas* and published in 2009. The object is to observe the manifest content of these books, but also the aesthetic form that each author chose to do their memory work. My suspicion is that, although both works deal with common issues (like the clandestine life, the prison, the exile), there are different aesthetic adopted by them. And this situation can be read like different political attitudes that, read together, makes a dialogue with the Brazilian social reality.

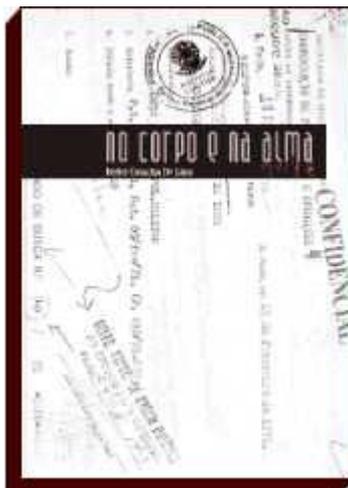
Key words: memory, dictatorship, testimony, experience, subjectivity.



* DANIELLE TEGA é Doutoranda em Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) – Unicamp. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

O objetivo deste texto é apresentar um estudo de dois livros autobiográficos escritos por mulheres que militaram contra a ditadura civil-militar brasileira. São os testemunhos de Derlei Catarina De Luca (2002), *No corpo e na alma*, e o de Catarina Meloni (2009), *1968 – o tempo das escolhas*. Ambas as autoras participaram do mesmo grupo clandestino, chamado Ação Popular (AP), que surgiu entre 1961 e 1962. Os dois livros fazem um percurso das militâncias de suas autoras, passando muitas vezes por lugares comuns: a clandestinidade política, a prisão, a sociabilidade possível no momento, o exílio. Mesmo partindo de situações tão próximas, Derlei Catarina De Luca e Catarina Meloni escolheram formas diferentes nas realizações de seus trabalhos de memória de um período marcado por dor e utopia, por derrotas e coragem. As diferentes opções estéticas adotadas pelas autoras trazem à tona divergentes saídas políticas implícitas nos livros. Espero que os apontamentos que faço a seguir possam contribuir para o estudo dessas questões.

O livro de Derlei Catarina De Luca pode ser comparado a um mosaico. Tentando juntar diferentes enfoques sobre o mesmo assunto, a autora busca iluminar sua experiência a partir de diferentes perspectivas: as memórias de sua resistência estão abraçadas por um diário inacabado, por documentos oficiais da repressão coletados nos arquivos dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e do Paraná, por pequenos contos do que veio depois. Mas o cerne desse conjunto é seu testemunho e a forma como o desenvolve.



No corpo e na alma oferece uma narração que se desdobra em pelo menos duas vozes narrativas. A primeira voz é aquela que conta as histórias da militância, da clandestinidade, da prisão, da tortura, do exílio. Como a heroína de um romance, mas um romance danificado, traumatizado, dolorido. São, contudo, histórias do passado

contadas no tempo presente, como se colocasse o leitor/ouvinte no momento dos acontecimentos, no calor da hora, para testemunhar em sentido amplo.¹ As primeiras linhas já indicam a escolha do tempo verbal da heroína. Apesar de iniciar o parágrafo no pretérito, as conjugações verbais no presente são as escolhidas para a narração da experiência militante:

13 de dezembro de 1968 foi minha primeira noite na clandestinidade. Estávamos no DCE (...). No rádio ligado, *começa* a leitura do Ato Institucional nº 5. A voz grave do locutor *está* lendo, na íntegra, cada item. *Começamos* a recolher algumas coisas, *queimamos* material, panfletos, jornais. (DE LUCA, 2002, p. 27, grifos meus)

Essa mesma voz narrativa nos informa: “*Sabemos* que dessa vez é pra valer (...). Não *sabemos* exatamente como será. *Somos* idealistas como todos os jovens de 20 anos” (DE LUCA, 2002, p. 28, grifos meus). Assim se desenrola a história contada, vivenciada e lembrada pela personagem/autora. Mas há também uma segunda voz, que talvez

¹ Como explica Jeanne Marie Gagnebin (2006, p. 57), “testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e aceita que suas palavras revezem a história do outro”.

possamos considerar como a voz da narradora, daquela que está adiantada em relação aos eventos que ocorrem à heroína e que, nos momentos nos quais se manifesta, prenuncia acontecimentos que ainda estariam por vir. As lembranças do passado são, assim, atravessadas por um futuro anterior – futuro em relação ao período dos fatos narrados, mas anterior ao momento de escrita do texto:

Pego meus diários: cadernos e cadernos. Começo a queimá-los. Valmir Martins se impacienta: “Mas, essa criatura ainda escreve diário?”. Limito-me a rir. Parece mentira, naquela agitação toda de 68, ter tempo para escrever diário e poesia. *Não perdi a mania até hoje.* (...). Queimo-os e decididamente queimo parte de mim mesma. *Ato que se tornará uma prática habitual no decorrer dos anos. Mas eu ainda não sabia.* (DE LUCA, 2002, p. 28, grifos meus)

A voz da narradora é tecida em outra experiência temporal: se a heroína descreve suas ações no presente, a voz da narradora prefere se expressar pelos pretéritos perfeitos e imperfeitos. No trabalho de rememoração feito pela autora, é a voz da narradora que, tal qual o catador benjaminiano,² recolhe os vestígios do texto, fazendo dessa coleta uma brecha para nos dar informações que ainda estavam para acontecer.

Há ainda uma terceira situação, desdobramento da voz da narradora. Em diversos momentos, podemos observar que outro tipo de letra surge no texto, trazendo-nos informações documentadas, ou descrições mais detalhadas de certo lugar ou

acontecimento. Ora documentos da organização à qual pertencia, ora documentos da repressão, ou ainda detalhes de alguma situação: não são apenas notas de rodapé, não estão nem estruturadas enquanto tais. A relação de forma e conteúdo do texto parece, assim, representar um desejo de memória: entrelaçando fragmentos e diferentes tempos, trabalhando com uma tríade narrativa, o texto pisa em seu próprio chão para não se contentar em fazer apenas uma descrição dos fatos acontecidos. Aquilo que é narrado no pretérito ocorreu, em termos cronológicos, num passado mais próximo ao nosso momento atual (e ao próprio momento de escrita da autora) do que os fatos cuja narração se dá no presente: a autora parece, assim, irromper com o Chronos, esse tempo tirano da modernidade, para buscar uma outra experiência dos tempos possíveis, articulando o passado ao presente.

Mesmo quando parece haver uma tentativa de preencher todas as lacunas, há, paradoxalmente, a exposição dessa impossibilidade. Assim, ao realçar os momentos importantes para a elaboração da própria experiência, o texto escrito apresenta, nas mesmas linhas, os limites das recordações: “Meio sem graça, não lembro a explicação dada”, diz em certo trecho (DE LUCA, 2002, p.152); em outro: “Não sei exatamente como as coisas se passaram” (DE LUCA, 2002, p.230). São narrações cujo presente pode pertencer tanto à heroína quanto à narradora, e a tarefa que se impõe é menos a de definir a que voz pertence, mas sim destacar os elementos inacabados da narrativa.

Os apontamentos feitos por Walter Benjamin (1994a) sobre a rememoração, particularmente em seu ensaio sobre a obra de Proust, podem

² Inspiro-me novamente nas palavras de Jeanne Marie Gagnebin (1982), para a qual o filósofo alemão Walter Benjamin desenvolve um trabalho de coleta dos *cacos da história*.

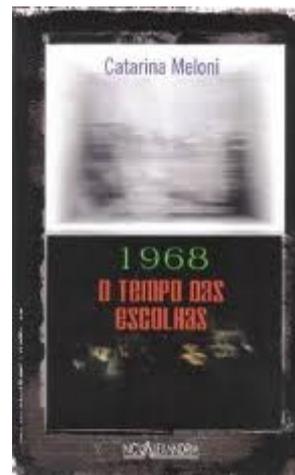
contribuir para pensarmos essa questão. De acordo com Benjamin, o autor francês “não descreveu em sua obra uma vida como ela de fato foi, e sim uma vida lembrada por quem a viveu”. Seguindo essa linha, acrescenta que há limites nos acontecimentos vividos, comparados à característica irrestrita dos acontecimentos lembrados. Isso significa que, para o pensador alemão, não há uma versão fechada e única dos fatos ocorridos. O que está em jogo é o presente daquele que narra, e de que forma o narrador vai articular, a partir das inquietações desse presente, os acontecimentos passados. Por isso que o ato de lembrar, na obra proustiana, é sem limites: são fatos do próprio presente que fazem as lembranças do narrador virem à tona, e as lembranças que surgem já estão permeadas por tudo que aconteceu depois.

Não há, portanto, uma lembrança pura, intocada, eterna: o que é lembrado e o modo como tal coisa é lembrada são atividades atravessadas pelos desdobramentos posteriores – e essa questão fica latente nas passagens citadas de Derlei Catarina De Luca. É nesse sentido que, em determinada passagem, o tempo presente é o tempo da escrita: “Ainda tenho marcas da Operação Bandeirante. No corpo e na alma. Minhas pernas trazem a recordação do horror nas suas cicatrizes. A alma, o espanto por ter sobrevivido” (DE LUCA, 2002, p.113). Aqui, as vozes da heroína e da narradora são uma e a mesma; são, ao mesmo tempo, a voz da própria autora. Trata-se, sobretudo, um tempo presente saturado de tensões, numa mistura de promessa e lembrança: os futuros interrompidos de passados possíveis, não realizados porque a repressão se impôs.

O caminho estético trilhado por Catarina Meloni é diferente. *1968 – o*

tempo das escolhas privilegia o uso do pretérito para narrar os acontecimentos da militância:

Os que detinham o poder, no entanto, não nos *olharam* como forças vivas da sociedade. Eles nos *trataram* com canhões e baionetas, emboscadas, tortura, fuzilamento. Nos *perseguiram* e caçaram com as armas e os meios mais eficazes. (MELONI, 2009, p.14, grifos meus)



O tempo presente é usado, com raras exceções, para falar do tempo da escrita do livro: “Estou tentando escrever sem avaliar. *Quero* que minhas mãos sejam a extensão da mente, apenas reproduzindo a memória” (MELONI, 2009, p.32). Ao que tudo indica, uma mesma voz narrativa nos conta sobre o ontem e sobre o hoje, com os tempos verbais próprios aos dos acontecimentos.

Mas isso não significa que se trata de um livro linearmente cronológico: a narração vai ao passado e volta ao presente, fazendo, aos poucos, um processo de elaboração. Aliás, a autora parece, em diversos momentos, estar ciente desse trabalho elaborativo, quando diz que muitos “têm a lembrança permanentemente povoada de seres e fatos do passado, e estes, quem sabe, podem ser libertados pela via da palavra, rompendo longos anos de silêncio” (MELONI, 2009, p.11), ou quando afirma que “muitas vezes é preciso fazer um disciplinado exercício de memória para encontrar os seus começos” (MELONI, 2009, p.12).

Contudo, diante do relato de experiência exposto, algumas contradições para esse trabalho de memória são encontradas. Em determinado trecho, a autora alega:

Não quero pesquisar arquivos daquele tempo. Este não é um trabalho jornalístico. O que trago aqui são coisas vividas, sentimentos. Procuo evitar os sentimentos atuais, mas nem sempre sou capaz. Quero transmitir a imagem que tive naquele período, com todas as minhas limitações, e ser sincera ao retratar o que vi e vivi, deixando de lado conceitos e criatividade literárias. (MELONI, 2009, p.32)

Difícil imaginar que, com as qualidades da autora, seja possível, deliberadamente, deixar as preocupações literárias de lado. Na orelha do livro ficamos sabendo que ela especializou-se em Literatura Brasileira, fez mestrado também em Literatura Brasileira e doutorou-se em Letras. O que quero apontar com essas observações é que tanto a militância quanto sua vida acadêmica posterior fazem parte de sua experiência subjetiva, a qual não é colocada em “suspensão” – como parece acreditar a crítica argentina Beatriz Sarlo (2007) – no momento da escrita. É por esse motivo que o trabalho de memória não consegue “evitar os sentimentos atuais”: ao contrário, são as questões objetivas e subjetivas do presente que exigem o próprio trabalho de rememoração. Penso que essas contradições – ou esses lapsos e atos falhos – indicam a dificuldade e a complexidade próprias da elaboração do passado. Trata-se, assim, da dificuldade em simbolizar, na fala ou na escrita, os acontecimentos marcados pela violência. Ao mesmo tempo, trata-se da necessidade de transmitir tais experiências:

Ligando-nos a nós mesmos e ao nosso contexto social, a memória nos abre as portas para compreender o tempo e o espaço em que vivemos. A memória é palavra arquivada. Quando é solta, pode promover a libertação e permitir compreender momentos essenciais das vivências humanas. (MELONI, 2009, p. 128)

A atividade narrativa, na tentativa de colocar em palavras experiências que se realizam e se transformam no e pelo relato, tem sua importância tanto na vida quanto na morte daqueles e daquelas que contam: “Vai longe o ano de 1968, pelo menos para *nós que o vivemos*, já que agregamos esses mesmos anos à nossa própria idade”, diz Catarina Meloni (2009, p. 11). “Dentro de dez ou vinte anos nós morreremos. Quem se lembrará destes fatos se nós não colocarmos no papel?”, pergunta Derlei Catarina De Luca (2002, p. 21). Retomando o pensamento de Walter Benjamin (1983; 1994b), podemos acrescentar que nossa condição humana de mortais, de finitude, é algo que nos impele a contar, a ao menos tentar transmitir. Mas a transmissibilidade, em crise como apontou o filósofo alemão, já não ocorre com narrativas totalizantes: ela tenta sobreviver entre cacos e ruínas da experiência vivida. Por essa via, podemos observar que esse “nós”, destacados pelas autoras, está em fragmentos, não é total. Esse “nós que vivemos” e o “nós que morreremos” são perpassados por diferentes subjetividades que se cruzam na experiência militante, possuindo preocupações comuns, mas não únicas.

Catarina Meloni (2009, p. 24) questiona-se: “Em primeiro lugar convém perguntar: quem éramos nós? Será que existe um Nós? Seríamos uma coletividade? (...) Mas o que garantia

tal unidade, se é que ela existia?”. Já o livro de Derlei Catarina De Luca (2002, p. 113) apresenta um recorte de gênero para esse “nós”:

Os homens vão para o campo. As mulheres para as fábricas nas cidades. (...) Como pela teoria revolucionária leninista, o operariado é a classe dirigente da revolução, brincamos com eles nos intervalos: ‘Neste caso, nós, mulheres, vamos estar junto da força dirigente’... Mas a estratégia é o cerco da cidade a partir do campo, segundo a teoria de Mao Tse Tung. Para lá são mandados os melhores quadros e militantes, separando noivos, namorados, casais.

Os relatos das autoras revelam a ambiguidade da militância, cuja afetividade podia ser criada e depois dissolvida em relação ao partido. Catarina Meloni (2009, p. 26) afirma que a motivação para aproximar-se da Ação Popular (AP) tivera dois fatores: primeiro, o desejo de debater e trabalhar em grupo pelo bem social; segundo, houve também uma “motivação pessoal”: “fui convidada a entrar para o movimento por um broto bacana”, acrescentando que “ele era bonito, culto, educado, cordial, alegre, bem humorado, o máximo!”. A autora informa que soube, meses depois, que esse mesmo “broto” era sujeito da paixão de outras participantes do grupo, de diferentes estados.

Uma frase conhecida pelos combatentes da Ação Popular pode indicar o modo pelo qual o partido trabalhava as relações afetivas de seus membros: “A AP não tem casais de militantes. Tem militante individual” (DE LUCA, 2002, p. 36). Com laços constantemente feitos e desfeitos, o altruísmo ganha cada vez mais espaço em detrimento das relações afetivas. Usando o tempo verbal

presente, Derlei Catarina De Luca (DE LUCA, 2002, p. 36) explica a posição dos militantes diante das ordens do partido: “Fazemos um esforço para pensar em terceira pessoa. Não é fácil, mas é necessário. E colocamos o amor à AP acima de nossos interesses pessoais”. Nesse sentido, mostra que, apesar das discordâncias com a direção, os diferentes quadros da militância também compartilhavam uma visão de que doar-se a esses ideais era algo imperativo. Contudo, nos parágrafos seguintes, agora usando o pretérito, a voz da narradora faz uma autocrítica desse comportamento:

A AP separou dezenas de casais e namorados. (...) Essas separações afetivas, discutidas ‘politicamente’, foram uma das provas mais duras impostas pela direção aos militantes. Para contornar a tristeza, eu lia e fazia poesias, outros liam o livrinho vermelho de Mao Tse Tung. (DE LUCA, 2002, p. 36)

Trata-se de algo que, se concordarmos com o labirinto da memória construído pelo livro de Derlei Catarina de Luca, só poderia ser escrito no pretérito: não é a heroína, mas a narradora quem fala. Essa inquietação poderia até estar latente no período de militância, mas só poderia ser manifesta após o desenrolar de muitos fatos – e, principalmente, após uma elaboração da própria experiência. Mesmo que fossem questões discutidas entre os militantes, uma sentença de que esta fora “uma das provas mais duras” não poderia ser dada no momento em que todos e todas faziam “um esforço para pensar em terceira pessoa”.

É interessante notar como a autora articula e interpreta as próprias informações que expõe. Para permanecermos no campo dos sentimentos, a narradora acredita que “se chorasse no aparelho, as

companheiras prontamente fariam uma reunião para analisar minha debilidade ideológica” (DE LUCA, 2009, p. 69). Também Catarina Meloni (2009, p. 36) fala sobre esses problemas:

A vida que nos tínhamos imposto favorecia as manifestações do autoritarismo e obrigava a minimizar os problemas particulares de cada um. Só o coletivo valia a pena ser considerado. O esforço concentrava-se no desempenho da função social, ainda que em condições adversas, como efetivamente ocorria. O ideal era nobre e desinteressado, talvez desinteressado demais, sem vínculos com os próprios projetos.

Além de pensar em terceira pessoa, militantes clandestinos vivenciavam vidas de terceiros – por questão de segurança, nomes alheios lhes eram atribuídos. Essa é uma situação que recupero do livro numa tentativa de melhor compreender as escolhas de escrita. Em determinado momento, diz a narradora de *No corpo e na alma*:

Minhas amigas, fora as da AP, passam a me chamar de Isinha. Para Paulo Stuart sou Leila. Por causa da filha, só me chama assim. Os companheiros, em Feira de Santana, me batizam de Guida. Em São Paulo era Maria. É um sem fim de nomes que não acabam mais. (DE LUCA, 2002, p. 170)

Perto do final do livro, acrescenta: “Hoje, assinei meu nome verdadeiro, pela primeira vez, depois de cinco anos: Derlei Catarina De Luca. Agora volto a ser outra vez. Foi tão engraçado. Parecia que não era eu e sim uma pessoa distante”. (DE LUCA, 2002, p. 300). O trabalho de memória realizado pela autora é também um trabalho de luto e de elaboração. Tomando emprestado o pensamento de Theodor Adorno (2006),

observamos que, para este autor, a elaboração do passado é essencialmente uma inflexão ao sujeito, um reforço de sua autoconsciência e, nesse caminho, um reforço do seu eu. Penso que, dadas as situações acima expostas, a escolha da autora ao escrever em primeira pessoa expressa seu desejo de sentir-se em primeira pessoa, reafirmando seus nome e sobrenome. O livro de Derlei Catarina De Luca pode apresentar diferentes vozes narrativas, mas são todas as mesmas: e todas em primeira pessoa.

É também interessante apontar que os livros de Catarina Meloni e de Derlei Catarina De Luca possuem duas camadas. Uma, manifesta, é semelhante em ambas as autoras: trata-se da exposição e revisão dos tempos de militância, os lugares comuns que percorrem ao escreverem suas experiências vividas – a clandestinidade, a prisão, o exílio. Tanto *1968 – o tempo das escolhas* como *No corpo e na alma* parecem saber o trabalho individual de memória que realizam, e a tentativa de esboçar esse trabalho em um âmbito coletivo também está presente nas duas obras (o uso do “nós”, como já apontado, é um exemplo disso). Mas é na segunda camada dos livros que observo uma relação com a sociedade brasileira. São as questões latentes que, a partir de um exame conjunto dessas obras, nos oferece um quadro ao mesmo tempo contraditório e complementar. Penso aqui nas diferentes escolhas formais das autoras, escolhas estas que se expressam nos tempos verbais de suas escritas e acabam por realçar inquietantes pontos políticos com a realidade social. Vejamos isso atentamente.

Como já observado, o livro de Catarina Meloni (2009) usa o tempo verbal pretérito para contar os acontecimentos

que são também passados, e o tempo verbal presente para falar do momento atual de escrita: “Em 1968 *fui presa*”; “*Fomos jogados na clandestinidade*”; “Nosso exílio *durou dez anos*”. Esses são exemplos de como a autora reconstrói as experiências vividas anteriormente citadas. Diferente do tempo usado para o momento atual, o de escrita, quando diz:

Hoje, escrever ajuda-me a organizar as ideias e a vida. E a entender os fatos para não ficar procurando culpados de coisas não realizadas. Sinto-me com direito à palavra, conquisto assim minha liberdade pela via da livre expressão e não fico remoendo ideias fixas. O passado, já não tenho mais a impressão de o estar carregando como um fardo. (MELONI, 2009, p. 68)

Essa passagem poderia levar a crer que o presente conseguiu fazer uma elaboração dos acontecimentos passados, para que o próprio presente pudesse ser vivido. Walter Benjamin, leitor de Nietzsche, já apontara a importância de não se ter o passado, a memória do passado, em excesso: a rememoração é necessária porque permite libertar-se do passado e reinventar o presente. Trata-se, acima de tudo, de uma postura política. Contudo, apesar da citação acima indicar um trabalho de completude elaborativa pela escrita, suspeito que o livro de Catarina Meloni apresente elementos que contradizem suas palavras. Duas posições contribuem para minha hipótese.

Primeiro, numa passagem na qual descreve a noite que passara na prisão, há uma exceção da estrutura narrativa que usava até então, pois o acontecimento passado, diferente do restante do livro, é descrito no presente: “Faz uns quatro dias que estamos

presas. Agora na mesma cela. Está mais alguém. Não sei quem é, não conheço. Estelionato, dizem. É uma cela grande, deve ter uns quatro por seis”. E acrescenta: “Este lugar é um buraco. Não se vê o Sol. É úmido e frio. (...) Estou assustada. Acho que não vou conseguir dormir essa noite. É madrugada e não tenho sono” (MELONI, 2009, pp. 48-49).

Esse trecho de modo algum indica descuido por parte da autora. Ao contrário, parece-me que aqui se revela uma tentativa de transmissão da experiência vivida, ou melhor, o paradoxo do testemunho, marcado pela sua simultânea necessidade e impossibilidade narrativas. Dada a experiência traumática, as formas simbólicas tradicionais já não dão conta do relato. A autora parece não conseguir narrar um período específico de sua prisão da mesma forma que narra o restante dos acontecimentos. Algo a impele a usar o tempo presente para falar do passado, ou seja, ela procura uma outra forma narrativa para sua tentativa de transmitir, cujo modelo destoa e – por isso – se resalta no livro de Catarina Meloni. Seria até mesmo desnecessária a asserção da autora de que essa noite descrita “ainda retorna e assusta, sempre presente” (MELONI, 2009, p. 48), pois o tempo verbal utilizado já denuncia que esse passado não passou.

Outra passagem que dialoga com essa observação está na estrutura inicial e final da narrativa. No primeiro parágrafo, a autora diz: “Vai longe o ano de 1968, pelo menos para nós que o vivemos, já que agregamos esses mesmos anos à nossa própria idade” (MELONI, 2009, p. 11), e, no último, afirma: “68 está em um desses momentos. (...) Nós estávamos entrando em cena e pedíamos a palavra”

(MELONI, 2009, p. 128). Trata-se, assim, de um livro que começa e termina no passado, sugerindo novamente a permanência desse passado ferido, que não foi elaborado a ponto de ser libertado.

Já o livro de Derlei Catarina De Luca aposta numa estrutura diferente. Já foi destacado que a autora narra sua experiência vivida no presente, articulando o passado em vez de apenas descrevê-lo. Essa opção estética encontra uma saída política nas emergências de seu tempo, como se a autora pisasse no chão atual, numa proposta de libertação desse passado a partir do trabalho de memória que realiza. Talvez não seja à toa que seu último capítulo recebe como título “Histórias de rir”. Após a dolorosa elaboração da experiência, Derlei Catarina de Luca parece “despedir-se alegremente do passado”, para ressaltarmos novamente o pensamento benjaminiano.

Penso que a leitura em conjunto das duas obras examinadas possuem correspondências com a conjuntura atual da sociedade brasileira. Por revelarem percepções tão diferentes, não deveriam ser lidas apenas em termos de contradição, mas de complementaridade: uma obra – a de Catarina Meloni – enunciando (e denunciando) a permanência do legado destrutivo da ditadura, dessa lacuna na própria memória do tecido social, desse passado que fica, machuca, e não foi até hoje devidamente elaborado em termos mais amplos. Outra obra – a de Derlei Catarina de Luca – demonstrando a

necessidade de se libertar desse passado de dor e sofrimento a partir de um intenso processo elaborativo. Libertar-se no sentido de realizar uma retomada reflexiva desse passado, não para esquecer-lo, mas para não repeti-lo.

Referências

ADORNO, T. W. O que significa elaborar o passado. In: **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2006, pp. 29-49.

BENJAMIN, W. A imagem de Proust. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e a história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet, 7a. edição, São Paulo: Brasiliense, 1994a, pp. 36-49.

_____. Experiência e pobreza. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e a história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet, 7a. edição, São Paulo: Brasiliense, 1994b, pp. 114-119.

_____. O narrador: observações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Textos escolhidos**. Tradução de Modesto Carone, 2a. edição, São Paulo: Abril Cultural, 1983, Coleção Os Pensadores, pp. 57-74.

DE LUCA, D. C. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. do autor, 2002.

GAGNEBIN, J. M. **Walter Benjamin: cacós da história**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Memória, história, testemunho. In: **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006, pp. 49-57.

MELONI, C. **1968: o tempo das escolhas**. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.

SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Recebido em 2013-03-18

Publicado em 2013-04-06